



Relatório de Atividades

2º Trimestre



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



COMPOSIÇÃO - SEGUNDO TRIMESTRE DE 2025

Presidência

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Vice-Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Corregedoria

Conselheiro Dimas Ramalho

Conselheiros

Renato Martins Costa

Sidney Estanislau Beraldo

Marco Aurélio Bertaiolli

Maxwell Borges de Moura Vieira

Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores

Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – Coordenador

Conselheiros Substitutos – Auditores

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Samy Wurman

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Élida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

João Carlos Pietropaolo

Patrícia Ulson Pizarro Werner

Débora Sammarco Milena

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	23
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS	24
1.1.	FÍSICOS	24
1.2.	ELETRÔNICOS	25
2.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS	26
2.1.	PELO TRIBUNAL PLENO	26
2.2.	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	26
2.3.	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	26
2.4.	PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES	26
2.5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	27
2.6.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	27
3.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	28
3.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	28
3.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)	28
3.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II	28
3.1.3.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	31
3.1.4.	Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE	31
3.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp	31
3.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA	32
3.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	32
3.2.2.	Planejamento e Orçamento	32
3.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI	40
3.4.	GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP	40
3.5.	ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP	41
3.6.	DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC	42
3.7.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	43
3.8.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP	45
3.9.	OUVIDORIA	45
3.10.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS	46
3.11.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	48
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos.....	24
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	28
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	29
Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	29
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes.....	34
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital	35
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes	36
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital	37
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes.....	38
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital	38
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes	39
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital	39
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 2º trimestre	42
Tabela 14 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos	43
Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP	49
Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 2º trimestre	27
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	30
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	30
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	45
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional.....	46

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO ANTONIO
ROQUE CITADINI
Presidente do TCE-SP no
segundo trimestre de 2025

No segundo trimestre de 2025, sob a Presidência do eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo celebrou 101 anos de história, reafirmando sua missão constitucional de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e de atuar com independência e rigor técnico em benefício da sociedade.

Entre as principais atividades realizadas no período, destacam-se duas Fiscalizações Ordenadas: a primeira, dedicada à vistoria dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto e das redes de drenagens em praias e rios de 112 municípios paulistas; e a segunda, voltada à avaliação da gestão do patrimônio público, contemplando a operação, conservação, manutenção, infraestrutura, acessibilidade e segurança de 127 teatros e 153 ginásios esportivos.

Também merece registro a conclusão das atividades do 29º Ciclo de Debates com Agentes Públicos e Dirigentes Municipais, que percorreu diversas regiões do Estado e reuniu cerca de 9 mil participantes – o maior público dos últimos 10 anos –, promovendo diálogo direto, orientação técnica e disseminação de boas práticas de gestão.

Somam-se a essas iniciativas as ações pedagógicas e de capacitação oferecidas a servidores e jurisdicionados, que reforçam a vocação do TCE-SP de orientar e aprimorar a administração pública, aliando o controle externo a uma atuação preventiva e educativa.

Este relatório, elaborado em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, reúne as principais atividades desenvolvidas no segundo trimestre de 2025, tanto no exercício do controle externo quanto na gestão administrativa interna.

Nova Lei de Licitações e Contratos



O Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello” do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) sediou, no dia 3 de abril, encontro sobre o tema **“Eixo de Políticas Públicas – Compras Públicas”**, com ênfase nas aplicações da **Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)**. Realizado de maneira presencial, com transmissão ao vivo e mais de 6 mil visualizações, o encontro promoveu debates quanto ao estágio de implementação da Lei nº 14.133/2021 e trouxe orientações com casos práticos e decisões do TCE-SP. A palestra contou com as instruções de Robson Luis Correia, Rodrigo Corrêa da Costa, Alexandre Violato Peyerl e Thais Albani dos Santos, todos servidores da Corte de Contas paulista.

Planejamento Público Municipal



O TCE-SP realizou, no dia 7 de abril, no Auditório Nobre, capacitação sobre **“Planejamento Público Municipal”**. O encontro abordou as políticas públicas, as fases, as ações governamentais, os indicadores e as metas relacionados ao **Plano Plurianual (PPA) 2026-2029**, além de conteúdos sobre a **Lei de Diretrizes Orçamentárias** e a **Lei Orçamentária Anual**, de acordo com os preceitos da **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

As atividades contaram com instruções do Chefe Técnico da Fiscalização César Schneider e da Técnica de Controle Externo Débora Geórgia Tristão.

Alerta sobre combate a incêndios florestais



O Tribunal, no uso de suas atribuições, emitiu um alerta aos 644 municípios jurisdicionados, no qual destacou a necessidade de **cumprimento da legislação que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio florestais**. Veiculado na edição do Diário Oficial Eletrônico do TCE de 16 de abril, o Comunicado SDG n.º 21/2025 alertou os gestores municipais sobre o atendimento ao disposto no Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, denominado “Operação São Paulo Sem Fogo”, instituído pela Lei Estadual n.º 10.547/2000, e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 56.571/2010. Segundo a Corte e conforme o Decreto, os municípios são considerados órgãos locais do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, com competência para desempenhar ações de prevenção, controle, fiscalização e combate aos incêndios em áreas com cobertura vegetal.

Novas funcionalidades da Audesp



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, no dia 14 de abril, das 10h00 às 12h00, a palestra “Audesp Fase III – Atos de Pessoal”. A capacitação teve o objetivo de mostrar as **novas funcionalidades do módulo do Sistema de Auditoria Eletrônica (Audesp)**, que trabalha com a **remessa de dados e atos de pessoal**, e foi direcionada aos servidores públicos da área de gestão de pessoas.

Inovação no setor público



O Tribunal de Contas participou do **"Simpósio Inovação e Transformação no Setor Público"**, realizado no dia 28 de abril, no Instituto Butantan, órgão organizador do evento. Na ocasião, a Corte de Contas paulista foi representada pelos Conselheiros Renato Martins Costa e Maxwell Borges de Moura Vieira. O simpósio reuniu autoridades de diversos órgãos para promover o debate sobre **oportunidade de inovação, desenvolvimento científico e tecnológico**.

Além dos Conselheiros do TCESP, também participaram das discussões o Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF); Saulo Simoni Nacif, Diretor Executivo da Fundação Butantan; Esper Kallás, Diretor do Instituto Butantan; Flávio Borgheresi, Diretor Jurídico da Fundação Butantan; e Carmino Antonio de Souza, Presidente do Conselho Curador da Fundação Butantan.

O espaço também serviu para o debate da legislação brasileira que trata do relacionamento entre universidades e instituições de pesquisa com empresas privadas. O dispositivo legal, chamado Lei de Inovação Tecnológica (10.973), de dezembro de 2004, objetiva estimular a parceria entre o poder público, a academia e o setor privado. Por meio dela são criadas regras para o estímulo à inovação nas empresas e a criação de fundos de investimentos para a inovação, entre outros aspectos.

Anulação de licitação de helicóptero para a Polícia Civil



O Tribunal de Contas determinou, no dia 30 de abril, durante realização de sessão plenária, a **anulação de edital da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) para aquisição de helicóptero para uso pela Polícia Civil pelo Departamento de Operações Policiais Estratégicas (DOPE)**.

No julgamento, a Relatora do processo, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, deu **procedência à representação contra o certame**, que reconheceu, dentre outras impropriedades no edital, o **direcionamento para uma única concorrente**. O voto foi acompanhado pela **unanimidade do Colegiado** em plenário.

Segundo o entendimento da Relatora, o edital promovido por meio do Pregão Presencial Internacional n.º 1/2023 apresentou impropriedades que configuraram **cláusulas editalícias restritivas**, o que prejudicou a concorrência do certame. Dentre elas, a Conselheira apontou a exigência de voltagem específica das baterias para a aeronave, o que levou à desclassificação de potenciais empresas interessadas e ao direcionamento do edital para somente uma empresa no mercado.

Em seu voto, a Relatora ainda apontou falhas em relação à pesquisa de preços realizada e à vantagem econômica da proposta comercial vencedora.

A cópia da decisão e os ofícios foram encaminhados à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Plano Estratégico 2022-2026



O TCE-SP realizou, nos meses de abril, maio e junho, quatro rodadas de reuniões de **monitoramento dos projetos definidos como prioritários de 2025 que estão alinhados ao Plano Estratégico da Corte 2022-2026**.

Sob a supervisão da Coordenadora do Planejamento Estratégico, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, os encontros contaram com as participações da Secretaria-Diretoria Geral, de Diretores de Departamentos, da Diretoria de Coordenação Estratégica (DCE), assim como de Gestores de Objetivos e Coordenadores das equipes dos projetos selecionados.

Com isso, a DCE iniciou uma série de encontros de orientação e acompanhamento com os gestores dos projetos, estabelecendo um cronograma de trabalho e definindo o que as equipes precisam entregar em cada etapa. Após debates e sugestões, a Conselheira referendou o escopo, os cronogramas e os produtos com previsão de entrega até o fim de 2025.

Dos 19 projetos prioritários atualmente na Corte, 12 estão em continuidade e têm relação com temas já selecionados em 2024, enquanto sete correspondem a temas prioritários inéditos, com o objetivo de alcançar os resultados concretos com ações alinhadas estrategicamente junto às demais áreas pertencentes ao TCE-SP.

Dentre as priorizações inéditas está o projeto vencedor do Prêmio CAAPEFIS 2025, na categoria Soluções para Grandes Desafios, “Viva TCE-SP: a Comunicação Interna para Melhoria do Bem-Estar dos Servidores”. A proposta da equipe vencedora foi debatida e estruturada com a DCE e a Diretoria de Comunicação Social (DCS), com o foco em aperfeiçoar a comunicação interna do Tribunal de Contas.

101 anos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo completou, no dia 6 de maio, 101 anos de atividades. Instituído por meio do Decreto n.º 3.708-A, de 6 de maio de 1924, o órgão atua na **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** do Estado de São Paulo e de seus municípios. No marco dos 101 anos, o Colegiado tinha como integrantes o Conselheiro-Presidente, Roque Citadini; a Conselheira Vice-Presidente, Cristiana de Castro Moraes; o Conselheiro Corregedor, Dimas Ramalho; e os Conselheiros Renato Martins Costa, Sidney Beraldo, Marco Aurélio Bertaiolli e Maxwell Borges de Moura Vieira. Com três prédios localizados na Capital e presente em 20 Unidades Regionais no interior paulista, o TCE contava com cerca de 1,8 mil servidores responsáveis pela fiscalização de mais de 3,5 mil unidades administrativas.

Campanha de doação de Sangue

O TCE-SP, em parceria com o TJ-SP, com a Sefaz-SP e com a Secretaria de Turismo e Viagens, realizou, no dia 19 de maio, no Memorial do TCE-SP da Corte, a **primeira edição da Campanha Conjunta de Doação de Sangue em 2025**. Com o apoio

logístico da Fundação Pró-Sangue, a ação contou com a participação de **70 servidores doadores** das instituições envolvidas e a **coleta de 58 bolsas de sangue**, com o potencial de salvar mais de 230 vidas que dependem de transfusões de emergência, cirurgias e tratamentos médicos.

I Fiscalização Ordenada de 2025 – Praias e Rios



Fiscalização surpresa realizada pelo Tribunal de Contas em **praias e rios do Estado de 112 municípios**, nas regiões litorâneas e no interior, detectou que 42% dos locais possuem áreas de ocupação irregular de moradias próximas aos rios e praias vistoriados.

Realizada no dia 20 de maio, a ação, que envolveu simultaneamente **158 auditores do TCE**, verificou questões de **saneamento, planejamento urbano e balneabilidade de 74 praias litorâneas, 116 praias interiores e pontos de rios que permeiam os municípios**.

Um terço dos municípios (34,82%) não tinha, no Plano Diretor, diretrizes para drenagem. Mais da metade dos locais fiscalizados (65,96%) possuíam ocupações irregulares de moradias sem regularização fundiária, conforme previsto na Lei nº 13.465/2017. Nos últimos dois anos, quase metade (48,94%) não realizou cadastro atualizado de moradias irregulares.

Ainda, de acordo com o relatório da Corte, de cada 10 localidades com assentamentos irregulares próximas a praias e rios, seis não possuíam avaliação de impacto ambiental. Mais de um terço desses assentamentos não era atendido por coleta de esgoto, ao passo que 41,67% não recebiam tratamento de esgoto.

Em 6,25% desses locais de moradia irregular não havia coleta de lixo domiciliar e em 43,75% não havia coleta seletiva. A grande maioria (89,58%) não dispunha de mecanismo para medir a qualidade da água. O monitoramento da qualidade das águas estava sendo medido, em 80% das vezes, a cada semana ou mês, sendo que, em 20% dos casos, os indicadores não haviam sido divulgados ao público.

Linha 5 – Lilás do Metrô



O Conselheiro Dimas Ramalho proferiu despacho, no dia 20 de maio, solicitando **explicações do Metrô quanto aos procedimentos de segurança utilizados nas portas das plataformas da Linha 5 – Lilás**, após a morte de um usuário, no dia 6 de maio, que ficou preso entre a porta do trem na Estação Campo Limpo, da Linha Lilás do metrô, na Zona Sul da Capital.

De acordo com o documento, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) alegou ao TCESP que as portas de plataforma entregues pela Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos de São Paulo (CPTM) não atendiam integralmente aos quesitos de segurança previstos na especificação técnica de compra. Na sua justificativa, a Artesp ainda detalhou que foi identificado um **vão entre a Porta Deslizante Motorizada e a porta do trem**.

Por outro lado, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), afirmou em suas justificativas ao TCE, que foram iniciadas tratativas para buscar soluções junto ao Metrô. Entretanto, segundo a Secretaria, após exaustivos contatos, obteve apenas **respostas inconclusivas quanto aos estudos realizado pelos fabricantes das portas**, além da **inéria e morosidade em contribuir para a solução** da questão.

Por conta das alegações, o **Conselheiro Dimas Ramalho fixou um prazo de 5 dias para que o Metrô apresentasse justificativas** a respeito do atendimento integral dos quesitos de segurança das portas, além da cópia do contrato de fornecimento e entrega das portas das plataformas, relacionando os empregados e diretores do Metrô que atestaram o recebimento e conformidade desses equipamentos. O Conselheiro também determinou que fosse elucidada a morosidade na adoção de medidas.

Auditoria Operacional Extraordinária em Institutos Municipais de Previdência

O Tribunal de Contas determinou que os 219 institutos municipais de Previdência respondessem, até o dia 23 de maio, questionário de auditoria operacional extraordinária sobre descontos em folha de pagamentos dos aposentados estaduais.

O procedimento pretendeu **verificar a legalidade, legitimidade, regularidade e a efetiva autorização dos descontos realizados em folha de pagamento de aposentados e pensionistas do regime próprio de Previdência**, com foco especial em descontos que não sejam de natureza obrigatória (como IR, contribuição previdenciária ou consignações legais).

No dia 7 de maio, o Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli foi designado Relator da auditoria pelo Presidente do TCE-SP, Conselheiro Roque Citadini.

A iniciativa ocorreu após investigação da Polícia Federal (PF) revelar um esquema de fraudes e desvios de dinheiro de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Diante de irregularidades praticadas pelos 219 institutos de Previdência na folha de pagamento de aposentados do Estado de São Paulo – como descontos indevidos ou sem autorização na folha de pagamento de aposentados, falta de fiscalização dos convênios, ausência de transparência e inexistência de canais para contestação dos descontos –, a auditoria recomendou a adoção de procedimentos legais para responsabilização dos responsáveis pelas ilegalidades.

Sustentabilidade e inovação



Com o propósito de compartilhar experiências e apresentar trabalhos científicos e técnicos, com foco em sustentabilidade e inovação, o TCE participou, de 26 a 29 de maio, em Manaus, do **IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas (CICPP)**. Com o tema central **“Desenvolvimento e Controle: Políticas Públicas Descentralizadas e a COP 30”**, o evento reuniu especialistas, autoridades e representantes de instituições de fiscalização para discutir os caminhos possíveis para o **fortalecimento das políticas públicas e da governança ambiental** em um cenário de emergência climática global. Integraram a comitiva do TCE a Conselheira Cristiana de Castro Moraes; a Procuradora do Ministério Público de Contas, Élida Graziane Pinto; a Diretora da EPCP, Bibiana Helena Camargo; o Coordenador do Observatório do Futuro, Leandro Luis Dall’Olio; a Assessora Técnica de Gabinete, Maria Alice Pinheiro Nogueira Gomes; a Chefe-Técnica da Fiscalização, Gabriela Giardino Costa Bernardino; o Auditor de Controle Externo, Guilherme Luzes Ribeiro Caetano; e a Técnica de Controle Externo, Débora Geórgia Tristão.

Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária



O TCE realizou, no dia 23 de maio, a live “Organização do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) – Integração e Segurança das Informações”, direcionado aos servidores públicos municipais e estaduais, consultores e empresas de software que atuam no sistema.

Nova Lei de Licitações, Orçamento Público e Gestão Responsável



Com o objetivo de prevenir erros e orientar os gestores quanto a boas práticas, de acordo com os preceitos da Nova Lei de Licitações, o TCE-SP e o Instituto do Legislativo Paulista (ILP), promoveram, no dia 28 de maio, na sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o **curso “Os Prefeitos e a Nova Lei de Licitações e Contratos – Gestão Eficiente”**. Fruto de **parceria entre a Corte e a Alesp**, o primeiro curso **desenvolvido pelo ILP** contou com a participação de Prefeitos, Vereadores, assessores e gestores públicos municipais, assim como membros dos Poderes Legislativo e Executivo. Já no dia 5 de junho, em mais uma edição da parceria entre a Corte, a Alesp e o ILP, o tema do seminário foi **"Orçamento Público e Gestão Responsável"**. O evento teve como destaque a palestra conduzida pelo Diretor da UR-2 (Bauru), José Paulo Nardone, que enfatizou a importância da responsabilidade na gestão orçamentária pública, ressaltando o cumprimento de regras previstas na **Lei de Responsabilidade Fiscal** e nos orçamentos municipais.

Securitização da Dívida Pública



O TCE promoveu, no dia 29 de maio, no Auditório Nobre, seminário com o tema **“Securitização da Dívida Pública”**. Voltado a Prefeitos, à assessoria técnica e aos gestores do Estado de São Paulo, o encontro discutiu a securitização da dívida pública e suas implicações para a **gestão fiscal de municípios e estados** e teve a participação de especialistas na área de finanças públicas e governança.

Mapa das Câmaras



Com mais de 6,9 mil legisladores nos 644 municípios do Estado de São Paulo (exceto a Capital), as **Câmaras Municipais custaram**, juntas, entre janeiro e dezembro de 2024, mais de **R\$ 4 bilhões aos cofres públicos**. De acordo com levantamento do Tribunal de Contas, para financiar os plenários – que abrigam entre 9 e 34 vereadores –, os recursos para custeio e manutenção das Casas Legislativas atingiram a cifra total de R\$ 4.003.648.417,34. Levando em conta o gasto total e um universo de 6.908 assentos, o custo médio por vereador no Estado de São Paulo foi R\$ 579.566,93. Para atender uma população estimada em 34.077.616 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o custo médio *per capita*, para custeio e despesa dos vereadores, foi de R\$ 117,49 por cidadão. Os dados e informações estão disponíveis na plataforma “**Mapa das Câmaras**”, ferramenta do TCESP que torna públicos os recursos utilizados por vereadores e o impacto que o Poder Legislativo causa frente aos orçamentos dos municípios.

Semana da Sustentabilidade



Com o compromisso de fomentar e conscientizar sobre a **importância do desenvolvimento sustentável**, a Corte de Contas paulista promoveu, nos dias 2, 5 e 6 de junho, a Semana da Sustentabilidade no TCESP. Os encontros virtuais foram voltados à

servidores, gestores públicos e à sociedade em geral.

Plano Municipal da Primeira Infância



COMUNICADO SDG nº43/2025

Primeira Infância

Comitê Intersetorial e
Plano Municipal da
Primeira Infância
go.tce.sp.gov.br/brc6na

O Tribunal, com fundamento na Lei Complementar nº 709, de 1993, e em seu Regimento Interno, emitiu comunicado no qual **incentiva os jurisdicionados a instituírem o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância e elaborarem o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI)**. De acordo com o Comunicado SDG nº 43/2025, veiculado na edição de 18 de junho, do DOE-TCE-SP, o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) é um instrumento essencial para garantir a promoção e a proteção dos direitos das crianças de 0 a 6 anos, conforme preconizado pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016). O Comunicado ainda destacou a necessidade de inclusão qualificada da Primeira Infância nos instrumentos de planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Programa Escola que Protege



O TCE, por meio do Comunicado nº 44/2025, emitido pela SDG e veiculado no DOE-TCE-SP de 19 de junho, informou aos jurisdicionados sobre a **adesão voluntária ao Programa Escola que Protege (ProEP)**, do Ministério da Educação. O ProEP é

uma estratégia nacional de **prevenção, enfrentamento e resposta à violência nas escolas**, que articula ações pedagógicas, formação continuada de profissionais da educação, apoio psicossocial, valorização da diversidade e fomento às práticas restaurativas e à cultura de paz.

Contas do Governador



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, durante **Sessão Extraordinária** realizada em 25 de junho, **emitiu parecer favorável à prestação de contas referentes ao exercício de 2024 do Governador Tarcísio de Freitas.**

O parecer favorável à aprovação das contas, relatado pelo Conselheiro Dimas Ramalho, em sessão transmitida ao vivo, foi **acompanhado pela unanimidade do Colegiado, sendo emitidas ressalvas e recomendações em 11 áreas.**

O Conselheiro destacou pontos preocupantes, que merecem **atenção do Governo**, em relação a **renúncias de receitas e gestão da previdência**, bem como inconsistências contábeis detectadas no exercício.

A Sessão foi presidida pelo Conselheiro Roque Citadini e integrada pelos Conselheiros Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Sidney Estanislau Beraldo, Marco Aurélio Bertaiolli e Maxwell Borges de Moura Vieira. A Procuradora-Geral Letícia Formoso Delsin representou o Ministério Público de Contas e o Procurador-Chefe Denis Dela Vedova Gomes, a Procuradoria da Fazenda Estadual junto ao TCE-SP.

No voto de parecer das contas, o Conselheiro-Relator fez 36 determinações e 38 recomendações em 11 áreas: Finanças do Estado; Transferências de Emendas PIX; Precatórios; Responsabilidade Fiscal; Renúncia de Receitas; Ensino; Saúde; Previdência Social; PPPs e Programa de Desestatização; e nos cinco programas/projetos nos quais foram realizadas auditorias operacionais. Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

29º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais



O Tribunal de Contas encerrou, no dia 27 de junho, em Penápolis, a **29ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. Este ano, o evento recebeu **8.955 pessoas, considerado o maior público dos últimos 10 anos**.

No período de março a junho, liderados pelo então Presidente do TCE-SP, Conselheiro Antonio Roque Citadini, os Conselheiros, os Membros, os Diretores e a equipe técnica do TCE-SP percorreram 9.059 quilômetros para levar as boas práticas administrativas e orientar os gestores sobre temas como Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), Nova Lei de Licitações, Planejamento, Terceiro Setor, Controle Interno, Ações da Fiscalização e assuntos pertinentes às Câmaras Legislativas em **20 municípios localizados fora das sedes das Unidades Regionais do TCE no interior e no litoral do estado paulista**.

Amplamente divulgado por meio de comunicados disponibilizados no Diário Oficial Eletrônico do TCE-SP e com visibilidade na mídia escrita, impressa, digital e audiovisual, o Ciclo de Debates foi promovido em Jaguariúna, Garça, Jaú, Tatuí, Votuporanga, Catanduva, Franca, Batatais, Ibitinga, Santa Gertrudes, Mogi das Cruzes, Paríquera-Açu, Praia Grande, Santo Antônio do Pinhal, Capão Bonito, São João da Boa Vista, Bastos, Pedrinhas Paulista, Ilha Solteira e Penápolis.

Ao todo, segundo balanço do Tribunal de Contas, **435 Prefeitos compareceram** aos Ciclos, sendo considerada a maior participação de Chefes do Executivo dos últimos três anos. Os 20 eventos realizados pelo TCE também contaram com a **presença de 304 Presidentes de Câmaras Municipais**, também a maior participação dos líderes do Legislativo desde 2023.

II Fiscalização Ordenada de 2025 - Teatros e Ginásios Esportivos

Infiltrações, problemas nos forros de tetos, condições precárias de higiene, sanitários quebrados, alambrados danificados, extintores vencidos, falta de segurança para os usuários, espaços abandonados, problemas estruturais e alvarás irregulares. Esses e outros problemas foram encontrados pela **II Fiscalização Ordenada realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, no dia 30 de junho, em **280 teatros e ginásios esportivos de 226 municípios paulistas** no interior e no litoral do Estado.

Um total de **272 Auditores de Controle Externo da Corte** foi a campo para verificar questões como a gestão do patrimônio, e o cumprimento de normas e regulamentos específicos relacionados à operação, à conservação, à manutenção, à infraestrutura e à acessibilidade de 128 teatros e 152 ginásios esportivos nos municípios paulistas.

Conforme o balanço preliminar disponibilizado pelo TCE-SP, com dados gerais do Estado paulista, 86% dos teatros fiscalizados realizavam eventos culturais com alvarás irregulares em espaços utilizados para projetos públicos, escolas, associações ou coletivos locais.

Cerca de 69% dos teatros não possuíam o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documento equivalente vigente. Em 28%, não existia qualquer sinalização em casos de emergência. Metade não possuía alarmes de incêndio e 62,5% não tinham outros planos de combate a incêndio, dados que preocupam uma vez que mais de 92% dessas estruturas foram projetadas para abrigar uma capacidade de 101 até mais de 1 mil pessoas.

O painel Fiscalizações Ordenadas, com todos os resultados, pode ser acessado pelo site do TCE-SP: www.tce.sp.gov.br/ordenadas.

Relações institucionais

Termo de parceria para capacitação de gestores públicos com a Alesp



O TCESP firmou, no dia 15 de abril, na sede da Alesp, um **Acordo de Cooperação Técnica** com o órgão para a promoção de **ações pedagógicas** relacionadas à Administração Pública. O convênio prevê o uso conjunto das estruturas

da **Escola Paulista de Contas Públicas** e do **Instituto do Legislativo Paulista**, além da capilaridade da Rede Alesp para levar cursos e conteúdos aos municípios paulistas.

Comemorações aos 80 anos do HCFMUSP



O TCE marcou presença, no dia 29 de abril, na cerimônia de lançamento do livro “**HCFMUSP - 80 Anos de Excelência em Assistência, Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde**”. O evento, no Centro de Convenções Rebouças,

marcou o encerramento das comemorações pelos 80 anos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Representaram o TCE o então Presidente Antonio Roque Citadini e o Chefe do Gabinete da Presidência, Sérgio Rossi.

Reunião do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas



A Conselheira Cristiana de Castro Moraes, participou, no dia 6 de maio, no Rio de Janeiro, de **encontro que reuniu o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas**. A reunião, promovida pelo Presidente do

Conselho de Presidentes, Luiz Antonio Guaraná (TCM-RJ), teve como propósito alinhar estratégias sobre temas relativos ao controle externo junto aos TCS.

Campanha pela Primeira Infância no TJSP

musical que integra o Projeto “Rap da Primeira Infância”, desenvolvido no âmbito do TJSP, que propõe reflexão sobre a necessidade de engajamento para a criação de **ações e políticas voltadas ao desenvolvimento infantil saudável e digno**.

Homenagem aos 70 anos da Polícia Militar Feminina no Estado

mulheres integrantes da **Assessoria Polícia Militar do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (APMTCE)**, o encontro ofereceu palestras, oficinas e ações de reconhecimento e de conscientização sobre o papel das mulheres na PM de São Paulo.

A Conselheira Cristiana de Castro Moraes, participou, no dia 13 de maio, no TJSP, do lançamento da campanha **“Fazer o Futuro Sorrir”**, **voltada à valorização da Primeira Infância**. O evento teve como destaque a estreia do videoclipe

A Corte de Contas paulista realizou, no dia 13 de maio, no Memorial do TCE-SP, na Capital, um encontro para celebrar os **70 anos da Polícia Militar (PM) Feminina no Estado de São Paulo**, comemorado em 12 de maio. Com a presença de

1. CORPO DIRETIVO

No dia 3 de fevereiro de 2025, tomaram posse o Conselheiro Antonio Roque Citadini, Presidente, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Vice-Presidente, e o Conselheiro Dimas Ramalho, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento contaram com a seguinte composição no segundo trimestre:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI** – PRESIDENTE

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES** – VICE-PRESIDENTE

Conselheiro **DIMAS RAMALHO** – CORREGEDOR

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA** – PRESIDENTE

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES** – PRESIDENTE

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

1.1. FÍSICOS

No segundo trimestre de 2025, foram distribuídos aos julgadores **12 processos físicos**, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos

MATÉRIA	Conselheiros
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Contrato de Gestão	3
Recurso Ordinário	8
Revisão de Julgado	1
TOTAL	12

1.2. ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **5.718 processos eletrônicos**, conforme classificação apresentada abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCCCM	GCDER	GCMAB	GCMV	GCRMC	GCSEB	CCS-A	GP	
Ações	2	-	1	1	1	1	-	1	7
Adiantamentos	8	10	9	10	9	9	-	-	55
Atos de Pessoal	3	1	1	2	-	2	1.314	-	1.323
Balanço Geral do Exercício	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Contas de Prefeitura	50	53	45	49	50	49	-	-	296
Contas do Governador	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Contratos	213	163	175	125	219	164	179	2	1.240
Cautelar em Procedimento de Contratação	102	104	113	105	115	118	-	--	657
Cautelar de Suspensão de Pagamentos	-	-	1	1	1	1	-	-	4
Expedientes	36	33	31	51	36	19	20	128	354
Expedientes do Ministério Público	23	34	20	14	29	23	26	83	252
Expedientes do Poder Judiciário	7	5	4	5	6	5	3	19	54
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Multas e sanções	1	-	-	1	-	4	-	-	6
Recursos	115	123	116	114	101	127	22	-	718
Relatório de Fiscalização	7	-	-	-	-	- 1	-	-	8
Repasses Públicos	90	104	72	109	102	81	26	14	598
Representação	27	23	11	25	14	8	24	2	134
Tomada de Contas - Previdência	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Total Geral	684	653	600	612	683	612	1.618	256	5.718

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS

5.730

2. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

2.1. PELO TRIBUNAL PLENO

No segundo trimestre do presente exercício, foram realizadas **10 sessões ordinárias** e **uma sessão especial**, nas quais o Tribunal Pleno:

- Apreciou **388 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **496 representações em sede de Cautelar em Procedimento de Contratação**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes da homologação do certame ou da autorização da autoridade competente) de procedimentos de licitação de órgãos e entidades jurisdicionados/procedimentos de contratação direta, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.
- Analisou as **contas, relativas ao exercício de 2024**, prestadas pelo **Excelentíssimo Senhor Governador do Estado**.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **6 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa**.

2.2. PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **11 sessões ordinárias**. Ademais, tendo julgado, ao todo, **1.037 e 1.292 processos**, respectivamente.

2.3. PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

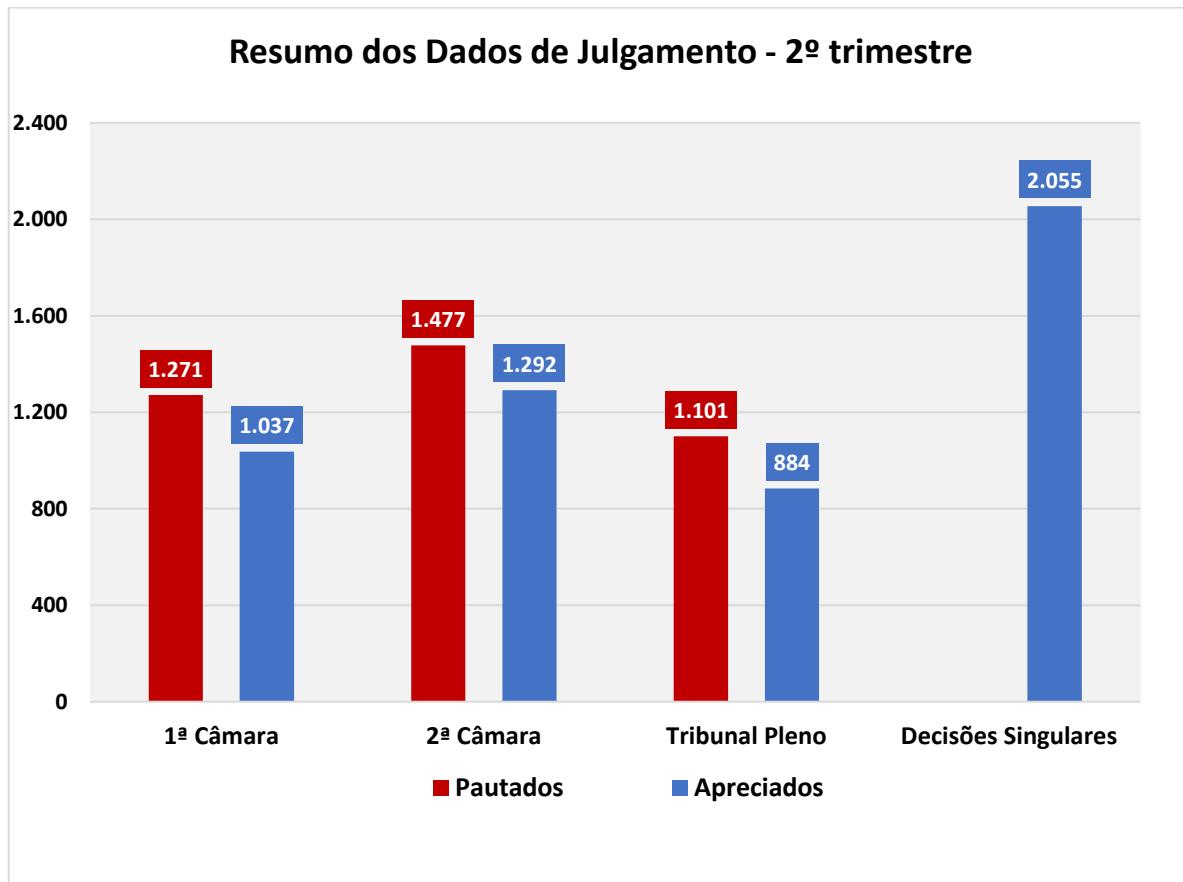
No período, **foram proferidas 416 sentenças**, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

2.4. PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criados pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalte-se a substituição dos Senhores Conselheiros em ausências e impedimentos. No trimestre, as matérias tratadas em **1.639 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores**.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 2º trimestre



2.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE-SP. No período, tramitaram pelo órgão **6.369 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

2.6. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos, que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual, pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o segundo trimestre de 2025, o órgão se manifestou em **990 feitos**.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

3.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 893 processos**.

3.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **4.380 processos**, dos quais **290 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **5.660 certidões**.

3.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **5.555 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	134
Processos Eletrônicos	5.421

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	29	31	17	77
AUTARQUIA ESTADUAL	3	1	4	8
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	10	5	6	21
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	-	7	7
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	1	-	7	8
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	4	2	1	7
MINISTÉRIO PÚBLICO	1	-	-	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	7	1	2	10
SECRETARIA	3	2	11	16
TRIBUNAL	1	-	-	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	34	3	8	45
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	1	6	3	10
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	12	1	-	13
TOTAIS	106	52	66	224

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	129	105	104	338
AUTARQUIA MUNICIPAL	25	15	15	55
CÂMARA MUNICIPAL	178	97	60	335
CONSÓRCIO MUNICIPAL	14	8	6	28
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	-	2	3	5
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	1	1	3	5
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	10	11	17	38
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	7	6	13	26
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	3	4	6	13
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	6	3	6	15
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	5	2	1	8
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	5	6	6	17
PREFEITURA MUNICIPAL	166	182	145	493
TOTAIS	549	442	385	1.376

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

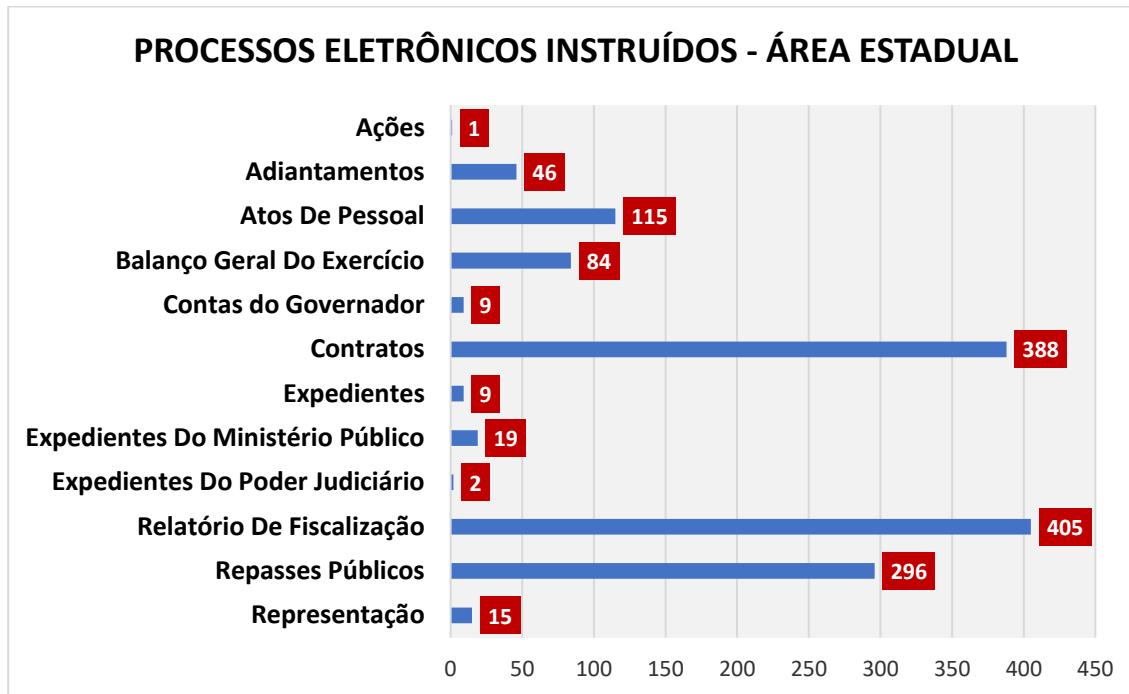
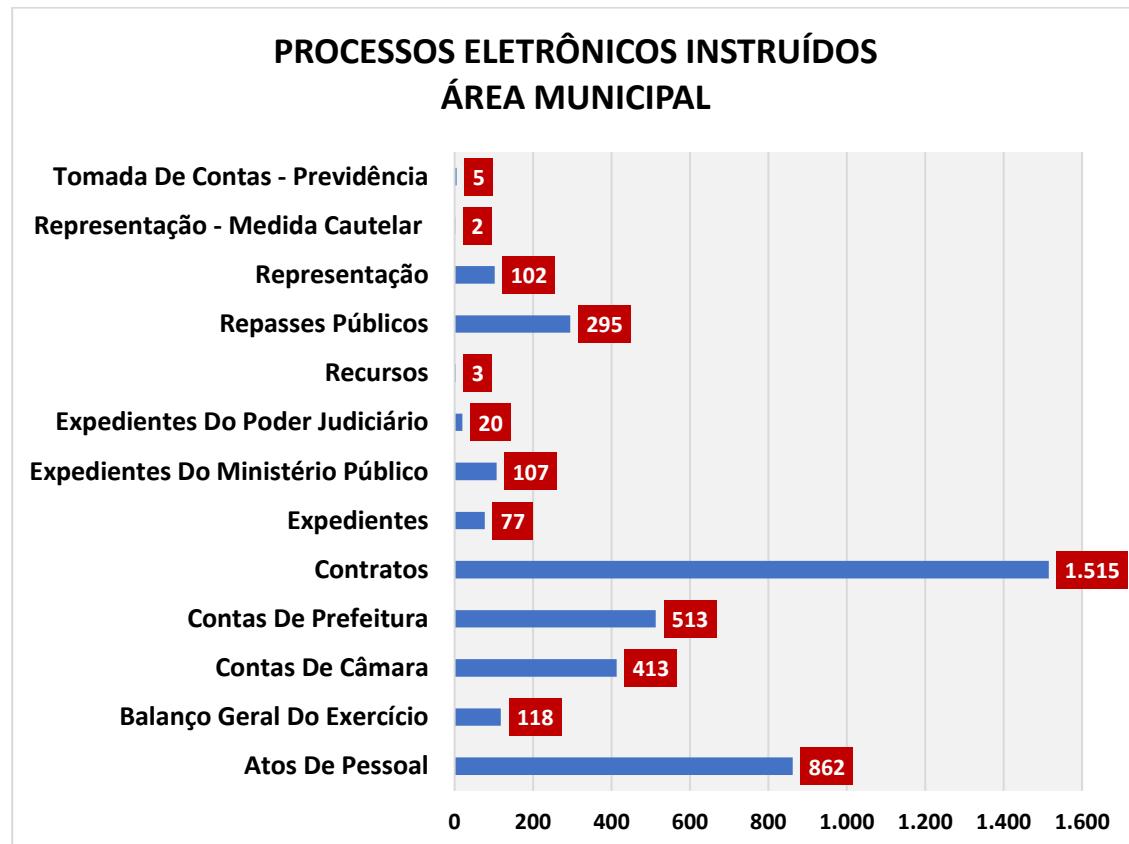


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

3.1.3. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **48 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **84 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de junho, o Núcleo registrou um total de **1.044 autos sob seu acompanhamento**.

3.1.4. Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, o DIPE exarou **3.310 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

3.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória, por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No segundo trimestre de 2025, o órgão **conduziu 58 atividades macro analíticas, por meio de suas seções**.

3.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência do TCESP e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.218 processos**.

3.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

3.2.2. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 18.078, de 3 de janeiro de 2025, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2025” foi elaborado em observância à Lei nº 17.990, de 23 de julho de 2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2025”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.172.181.749,00**, sendo R\$ 1.161.000.778,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 11.180.971,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.990/2024), o Decreto n.º 69.319, de 22 de janeiro de 2025, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2025 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 23 de janeiro de 2025.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado – PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2025 (Decreto n.º 69.319/2025) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita deferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 6.600.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 02001/2025-1-0002, concluído em 29/1/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO, autorizando a **Crédito Suplementar**, no valor de **R\$ 1.700.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, na seguinte conformidade: Redução 33.90.15 (Diárias Militar) - Os valores serão reduzidos do PT 01032020048210000 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA, fonte 150010001 - TESOURO-GERAL, Grupo 3 – CUSTEIO 339015 – DIÁRIAS MILITAR, no valor de R\$ 1.700.000,00 e serão suplementados na órgão 18000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, UO 18004 - Polícia Militar do Estado de São Paulo, elemento de despesa 339015, programa de Trabalho Resumido 180422 (06181181949930000), resultando na mesma finalidade, ou seja, realização da vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de SP, realizado pela própria Polícia Militar do Estado de SP, em substituição da utilização de empresa terceirizada de Vigilância contratada, nos termos do Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22.

2. Expediente SAO nº 2001/2025-4-0005, concluído em 8/4/2025, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 1.800.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-1/2025 de 28/03/2025, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade: Suplementação 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica) com despesa com serviços variados, como as tarifas bancárias pela liquidação de boletos e custeio da participação de servidores do TCE em congressos/seminários no valor total de **R\$ 100.000,00**; e 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente) referentes a gastos relacionados à aquisição de microcomputadores de alto desempenho – *workstation* – incluindo-se garantia *on-site* de 36 meses, para processamento de dados massivos da Divisão de Auditoria Eletrônica (Audesp) do TCE no valor de **R\$ 1.700.000,00**, incluindo possíveis alterações quantitativas.

3. Expediente SAO nº 2001/2025-4-0006, concluído em 8/4/2025, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 6.500.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2025 de 28/03/2025, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para suplementação destinada a cobertura das seguintes despesas: PCA 0934698 - reforma dos andares 9º, 13º e 14º do prédio sede do TCE - custo estimado em **R\$ 3.750.000,00**; PCA 0934700 - reforma do 1º subsolo da sede, prédio Anexo,

despesa estimada em **R\$ 1.250.000,00**; e PCA 0939186 - reforma da UR-20, Santos, com despesa estimada em **R\$ 1.500.000,00**.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2025, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício. Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Março	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Abril	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Maio	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Junho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Julho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Agosto	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Setembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Outubro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Novembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Dezembro	83.190.079	13.628.247	357.921	-	13.986.168	97.176.247
TOTAL	993.906.897	162.817.980	4.275.901	-	167.093.881	1.161.000.778

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital

MÊS	DESPESAS DE CAPITAL			TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5		
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Abril	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Maio	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Junho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Julho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Agosto	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Setembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Outubro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Novembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Dezembro	644.490	291.367	-	935.857	98.112.104
TOTAL	7.700.00	3.480.971	-	11.180.971	1.172.181.749

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Março	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Abril	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.447.988
Maio	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.447.988
Junho	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.447.988
Julho	82.792.438	13.279.368	356.180	-	13.655.548	96.447.986
Agosto	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.938.883	96.731.321
Setembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Outubro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Novembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Dezembro	83.190.079	13.628.247	357.921	-	13.986.168	97.176.247
TOTAL	993.906.897	161.117.980	4.375.901	-	165.493.881	1.159.400.778

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Abril	641.410	3.789.964	-	4.431.374	100.879.362
Maio	641.410	1.439.964	-	2.081.374	98.529.362
Junho	641.410	1.439.964	-	2.081.374	98.529.362
Julho	641.410	939.964	-	1.581.374	98.029.360
Agosto	641.410	839.964	-	1.481.374	98.212.695
Setembro	641.410	739.964	-	1.381.374	98.092.695
Outubro	641.410	639.964	-	1.281.374	97.992.695
Novembro	641.410	539.964	-	1.181.374	97.892.695
Dezembro	644.490	441.367	-	1.085.857	98.262.104
TOTAL	7.700.000	11.680.971	-	19.380.971	1.178.781.749

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.763.554,89	51.321.606,84	400.246,85	-	51.721.853,69	132.485.408,58
Fevereiro	80.699.344,86	24.960.862,59	495.500,69	-	25.456.363,258	106.155.708,14
Março	79.846.138,58	8.738.340,23	60.000,00	-	8.798.340,23	88.644.478,81
Abril	85.748.565,25	9.791.130,82	257.263,05	-	10.048.393,87	95.796.959,12
Maio	87.045.287,60	9.465.344,86	201.949,44	-	9.667.294,30	96.712.581,90
Junho	82.657.292,00	5.828.128,39	2.341,87	-	5.830.470,26	88.487.762,26
TOTAL	496.760.183,18	110.105.413,73	1.417.301,90	-	111.522.715,63	608.282.898,81

(Valeores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	132.485.408,58
Fevereiro	3.298.967,90	641.900,00	-	3.940.867,90	110.096.576,04
Março	57.977,24	-	-	57.977,24	88.702.456,05
Abril	500.929,95	47.544,00	-	548.473,95	96.345.433,07
Maio	47.644,40	-	-	47.644,40	96.760.226,30
Junho	350.536,70	8.900,00	-	359.436,70	88.847.198,96
TOTAL	4.256.056,19	641.900,00	-	4.954.400,19	613.237.299,00

(Valeores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.753.946,27	5.191.316,43	-	-	5.194.316,43	85.948.262,70
Fevereiro	80.174.977,72	9.901.218,18	118.747,99	-	10.019.966,17	90.194.943,89
Março	79.881.874,23	9.110.852,28	49.423,93	-	9.160.276,21	89.042.150,44
Abril	85.853.470,03	8.407.367,87	230.148,39	-	8.637.516,26	94.490.986,29
Maio	87.104.941,00	11.791.266,64	83.449,70	-	11.874.716,34	98.979.657,34
Junho	82.786.435,75	9.768.719,07	60.828,69	-	9.829.547,76	92.615.983,51
TOTAL	496.555.645,00	54.173.740,47	542.598,70	-	54.716.339,17	551.271.984,17

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	85.948.262,70
Fevereiro	-	-	-	-	90.194.943,89
Março	48.312,14	-	-	48.312,14	89.090.462,58
Abril	9.665,10	-	-	9.665,10	94.500.651,39
Maio	18.057,88	-	-	18.057,88	98.997.715,22
Junho	17.850,00	-	-	17.850,00	92.633.833,51
TOTAL	93.885,12	-	-	93.885,12	551.365.869,29

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

3.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Divisões de Sistemas (DSIS) e de Tecnologia (DTEC), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos; guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI lançou o **Painel de Obras**, atualizou os Painéis **Mapa das Câmaras**, **VISOR**, **Painel da Saúde**, **Fiscalizações Ordenadas**, **Observatório Fiscal**, bem como implementou novas funcionalidades ao aplicativo **Bem TCE-SP**, de uso exclusivo para os servidores da Corte, e realizou ajustes e testes no **Audesp Fases III, IV e V**. Além disso, iniciou o desenvolvimento do **Portal da Transparência** para contratos e licitações e do módulo de abastecimento do **Sistema de Controle de Frota (SisCFR)**, concluiu o projeto **JURIS**, com catalogação de sentenças, e implementou integrações no **CadTCE-SP**.

Ademais, no período, realizou diversas atividades relacionadas ao sistema ANIA, abrangendo tanto a cooperação com órgãos públicos quanto a atualização e o aprimoramento técnico da plataforma.

No serviço de suporte ao usuário, o DTI fez **1.735 atendimentos telefônicos**, sendo 810 para servidores e 853 para usuários externos (72 ligações foram abandonadas). Além disso, foram **gerados 5.630 chamados virtuais**.

3.4. GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCE-SP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **237 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a

verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP totalizou **155 processos e expedientes físicos**, inclusive com prestação de informações à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **407 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

3.5. ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCP** realizou **75 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com **1.562 participantes e 20.965 visualizações**.

Do setor, destacam-se as seguintes atividades:

- a) **Eixo de Políticas Públicas – Compras Públicas:** atualização das decisões recentes do Tribunal de Contas acerca de Compras Públicas e do cenário de implementação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Estado de São Paulo.
- b) **Controle Externo e Poder Legislativo:** realizado em 4 de abril, no Teatro Municipal de Araraquara, o encontro contou com cerca de 800 pessoas, entre Prefeitos, lideranças políticas, vereadores, gestores e servidores públicos. O evento contou com palestras e participações do Presidente da Alesp, Deputado André do Prado, da Conselheira Cristiana de Castro Moraes e dos Conselheiros Dimas Ramalho e Maxwell Vieira.
- c) **Organização do SIAFIC Integração e Segurança das Informações:** evento em parceria com a FEA-USP que buscou capacitar os participantes para o uso eficiente do SIAFIC, com foco na identificação de problemáticas comuns e na aplicação de soluções que garantam a conformidade e a integridade das informações, discutindo boas práticas e alertando sobre as falhas mais frequentes no preenchimento do sistema.

- d) **Corregedoria Day - Ambientes Saudáveis e Ética nas Relações:** o encontro abordou o papel da Brigada em Saúde Mental e da Comissão de Ética no TCESP, com discussões sobre assuntos sobre ética e saúde mental na Corte de Contas.
- e) **Securitização da Dívida Pública:** a capacitação discutiu as implicações da securitização da dívida pública para a gestão fiscal de municípios e estados, com a participação de especialistas em finanças públicas e governança. O evento alcançou mais de 2,6 mil participantes on-line e mais de 180 presenciais.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 2º trimestre

2º trimestre de 2025	Quantidade de eventos	Número de participantes	Participantes on-line/visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	56	1.398	19.073
<i>Reuniões</i>	13	164	216
<i>Podcontas</i>	6	-	1.676
TOTAL	75	1.562	20.965

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **574** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas. Já o **Memorial** da Corte de Contas paulista, que tem suas atividades supervisionadas pela EPCP, recebeu **124 visitantes**, sendo 21 oriundos do público interno – servidores, estagiários e terceirizados – e 103 externos, incluindo os alunos participantes do programa “Conheça o TCESP”.

3.6. DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC

Criada pela Resolução nº 02/2025, a Diretoria de Gerenciamento de Processos - DPROC é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte (e-TCESP). No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos

	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Atendimentos	Telefone	457	483	459	1.399
	Fale Conosco	732	614	588	1.934
	“Web”	204	190	219	613
	E-mail	16	12	13	41
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	511	407	353	1.271
	API/WhatsApp/Presencial	0	2	0	2
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		72	166	256	494
Envio de e-mails (Comunicados)		133	106	109	348
SEI		39	56	60	155
Cadastrados	Advogados	137	160	162	459
	Partes	587	498	476	1.561
	Órgãos	19	75	14	108
	Participação PILOTO ¹	1	2	2	5

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, à evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se o acompanhamento, os testes e a validação de migração de servidor de execução do sistema e-TCESP; os estudos referentes à criação da nova classe “Expediente do MPC”; a elaboração de relatório de situação geral dos processos; o desenvolvimento e os testes do Projeto de Catalogação; a atualização dos códigos de integração relativos aos processos de Fiscalização Ordenada e Operacional; além de ajustes e aperfeiçoamentos no Radar+ e as manutenções programadas no sistema.

3.7. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o **acompanhamento e a coordenação**

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

dos processos de planejamento, bem como das **informações gerenciais**, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

No período, a **Direção da DCE** participou de dois eventos para colher subsídios aos **projetos integrantes do portfólio** ativo no exercício. No mês de abril, a equipe esteve presente na 1ª Conferência Internacional de Integridade Pública, promovida pela Controladoria Geral do Estado, e, entre os dias 13 a 15 de maio, participou do 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas, evento organizado pela Atricon.

Quanto à gestão e ao monitoramento do **Plano Estratégico 2022-2026**, ao longo do segundo trimestre, a **Seção de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1)** concentrou seus esforços na **estruturação dos projetos prioritários**, na realização do **1º ciclo de monitoramento** com a Conselheira Coordenadora e na organização da **6ª Reunião do Comitê Estratégico Institucional**.

Dentro do portfólio prioritário foram definidos 53 entregáveis previstos para 2025. Ao final do segundo trimestre, o Portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com **204 projetos**, dos quais **108 com status concluído**, **63 em andamento** e **33 ainda não iniciados**.

No que tange às atividades da **Seção de Informações Gerenciais (DCE-2)**, houve encontros com **órgãos como o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)**, o **Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo (MPC-SP)**, a **Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)** e a **Polícia Federal (PF)**. Também foi promovido diálogo com **Unidades de Informações Estratégicas (UIEs) de outros Tribunais de Contas**, visando promover o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas desta área.

Ademais, sobressaem-se as participações em outras instâncias de diálogo institucional, como a **Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo da Atricon** (Rede InfoContas), o **Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)** e o **Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCOSP)**.

Adicionalmente, foi dado prosseguimento às **tratativas com instituições bancárias** com vistas à celebração de Acordos de Cooperação Técnica, cujo objetivo é viabilizar o acesso a informações bancárias e permitir a **circularização dos dados reportados ao Sistema Audesp**.

3.8. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

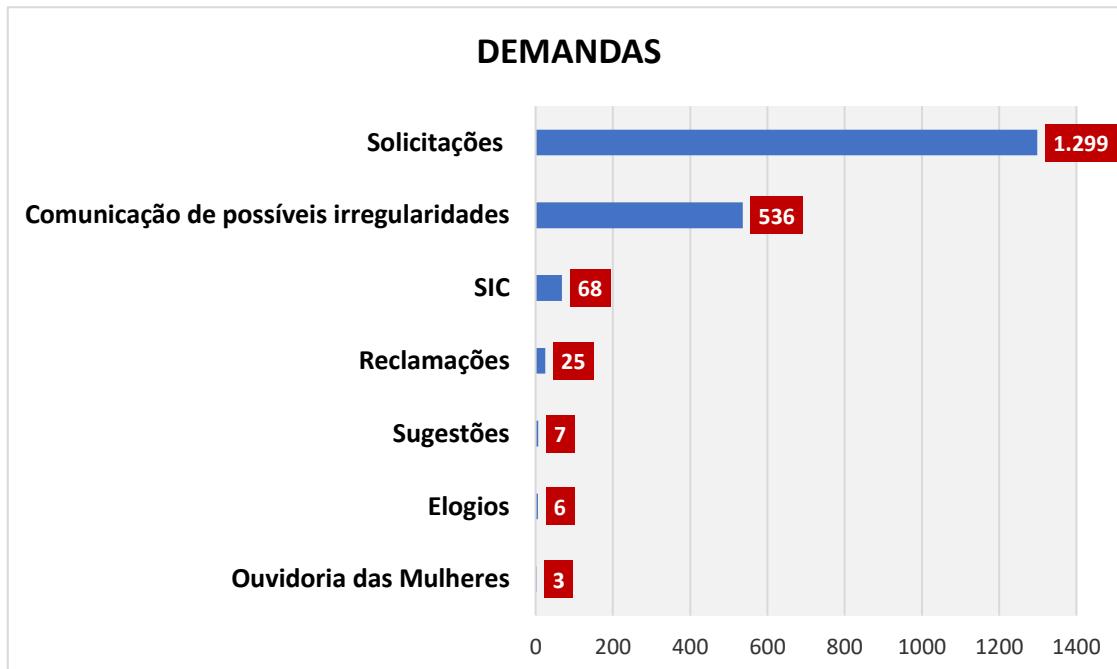
No período, a Diretoria preparou **711 despachos** no âmbito do **Sistema SEI (administrativo)**, além de **957 minutias de despachos** no e-TCE-SP.

A DEP também conduziu as tarefas necessárias à realização de **6 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno**, **175 Sustentações Orais** e **286 Memoriais**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutias de Atos Normativos exarados no período.

3.9. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **1.876 atendimentos**, neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **68 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



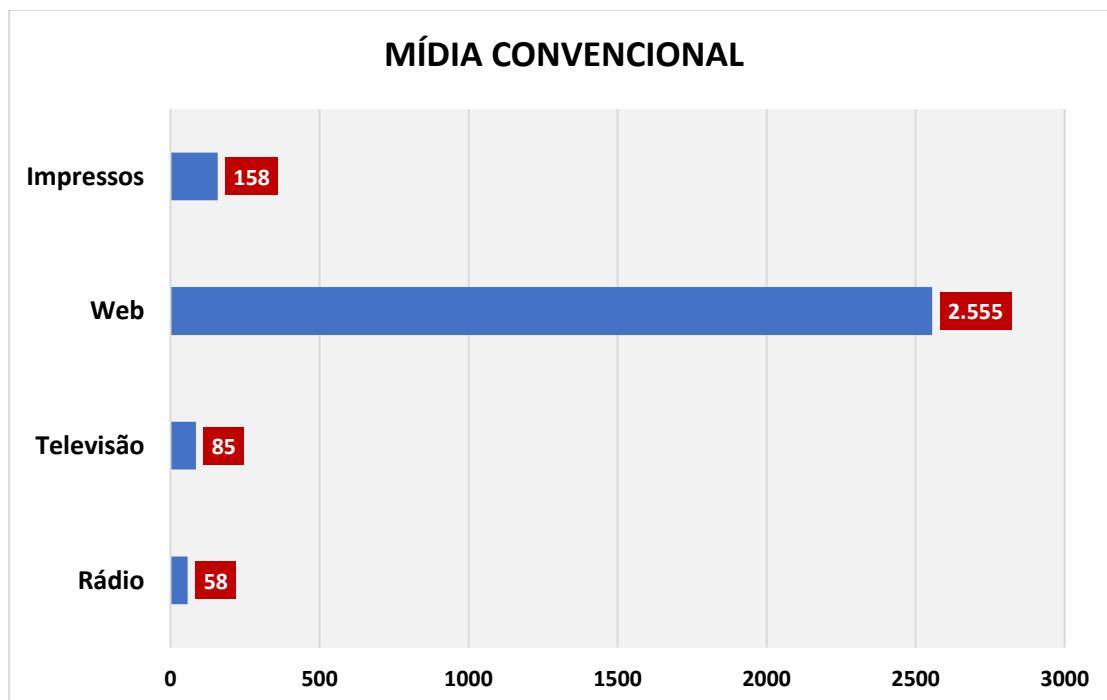
Registre-se, ainda, o total de **1.873 chamados** abertos sem opção correspondente no sistema e reclassificados pela Ouvidoria, a exemplo de dúvidas relacionadas a suporte técnico de sistemas, questões ligadas a pedidos de assessoramento, chamados abertos pelo mesmo interessado com assuntos idênticos e orientações sobre denúncia ou representação.

3.10. DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social do TCE-SP é responsável por desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a DCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCE-SP na mídia convencional, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), *sites* noticiosos, *blogues*, entre outros. No primeiro trimestre, foram **2.856 registros na mídia convencional**.

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCE-SP na mídia convencional



NEWSLETTER: a Diretoria também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **11 newsletters**, enviadas a **34.367 contatos**, sendo **32.480 externos e 1.887 internos** (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: no período, foram publicadas no *site* institucional e no Portal do Servidor **191 notícias** relativas a julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno), agenda, seminários, cursos, eventos internos e externos, e de interesse do servidor. Ademais, foram veiculadas **851 publicações em redes sociais**, **12 comunicados internos**, realizadas **28 inserções no calendário** – obrigações dos jurisdicionados e eventos promovidos pela Corte –, e divulgadas **40 fotos-legendas**. A DCS também é responsável pela produção gráfica, editoração eletrônica, diagramação e veiculação de manuais e de materiais de cunho institucional. No período, foram disponibilizadas **16 publicações**, sendo **10 artigos, 5 boletins e 1 relatório**. Por fim, a DCS fez **73 postagens no Microsoft Teams** – canal por onde informa os servidores sobre eventos, comunicados, campanhas, novidades e acontecimentos da Corte – e enviou **41 mensagens pelo canal “Comunicação TCESP” do WhatsApp** corporativo. A plataforma Google Analytics, com a unificação de notícias nos Portais do Servidor e Institucional, registrou **328.856 usuários e 2.308.723 visualizações**.

PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL: no segundo trimestre, foram desenvolvidas pela DCS **379 peças gráficas/editoriais** (artes), digitais e/ou impressas.

CONTEÚDO AUDIOVISUAL: ao todo, foram produzidos **267 conteúdos audiovisuais**, englobando a supervisão de entrevistas e gravações; o desenvolvimento de reportagens em vídeo (*videotape/VT*); produção de programas e séries que tratam de assuntos relacionados ao escopo de atuação do TCE-SP; gravação de *podcasts*; entre outros conteúdos digitais para o público interno e/ou externo. O material produzido é divulgado na TVTCE, no canal do YouTube, na Rede TCE-SP, e em outras redes sociais, internas (Viva Engage) e públicas (Instagram, Facebook e TikTok). Além disso, foram disponibilizadas **6.025 fotos** do TCE-SP na conta oficial do órgão no Flickr, o que gerou um total de **4.150 visualizações**.

CERIMONIAL: a Seção de Cerimonial é responsável por acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na

recepção de autoridades que visitam o TCE-SP. No trimestre, o Cerimonial atuou em **4 audiências internas, 18 eventos externos e 1 interno**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

3.11. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **segundo trimestre de 2025**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE

ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>
Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP				
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP	
GP	11/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		4/4/2025
GP	12/2025	Cumprimento da Deliberação contida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 854/DF		4/4/2025
GP	13/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		11/4/2025
GP	14/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		22/4/2025
GP	15/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		5/5/2025
GP	16/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		9/5/2025
GP	17/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		16/5/2025
GP	18/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		23/5/2025
GP	19/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		30/5/2025
GP	20/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		6/6/2025
GP	21/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno		13/6/2025
GP	22/2025	Prorrogação do Prazo de Adesão ao Programa Escola que Protege		25/06/2025

Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	17/2025	Ciclo de Debates em Tatuí, Votuporanga e Catanduva	1/4/2025
SDG	18/2025	Entidades proibidas de novos repasses	3/4/2025
SDG	19/2025	Levantamento dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público	11/4/2025
SDG	20/2025	Ciclo de Debates em Franca e Batatais	15/4/2025
SDG	21/2025	Recomendação sobre medidas preventivas contra queimadas	15/4/2025
SDG	22/2025	Gestão de acesso às creches	25/4/2025
SDG	23/2025	Levantamento dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público	30/4/2025
SDG	24/2025	Ciclo de Debates em Ibitinga e Santa Gertrudes	5/5/2025
SDG	25/2025	Entidades proibidas de novos repasses	7/5/2025
SDG	26/2025	Ciclo de debates em Mogi das Cruzes e Paríquera-Açu	8/5/2025
SDG	27/2025	Complementação VAAT/Fundeb	9/5/2025
SDG	28/2025	Emendas Parlamentares Impositivas no Orçamento Municipal	12/5/2025
SDG	29/2025	Ciclo de Debates em Praia Grande	15/5/2025
SDG	30/2025	Volume de processos julgados no 1º trimestre do exercício de 2025	19/5/2025
SDG	31/2025	Questionário – Descontos em folha de pagamento dos RPPS	19/5/2025
SDG	32/2025	Inscrições para a realização de sustentação oral por meio de videoconferência	22/5/2025
SDG	33/2025	Levantamento dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público	22/5/2025

SDG	34/2025	Ciclo de Debates em Santo Antonio do Pinhal e Capão Bonito	29/5/2025
SDG	35/2025	Complementação VAAT/Fundeb	2/6/2025
SDG	36/2025	Elaboração da Política de Educação Integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular	2/6/2025
SDG	37/2025	Salário-Educação. Quota Estadual e Municipal. Movimentação e gestão de recursos	2/6/2025
SDG	38/2025	Entidades proibidas de novos repasses	4/6/2025
SDG	39/2025	Ciclo de Debates em São João da Boa Vista, Bastos e Pedrinhas Paulista	5/6/2025
SDG	40/2025	Sistema Audesp Fase III – Atos de Pessoal	9/6/2025
SDG	41/2025	Alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao segundo bimestre (RRO) e primeiro quadrimestre (RGF) do ano de 2025	16/6/2025
SDG	42/2025	Ciclo de Debates em Ilha Solteira e Penápolis	23/6/2025
SDG	43/2025	Plano Municipal da Primeira Infância	23/6/2025
SDG	44/2025	Prorrogação do prazo de adesão ao Programa Escola que Protege	23/6/2025



2025



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo